

Jornais trouxeram em suas edições de ontem duas matérias. A primeira, publicada pelo jornal **Valor**, mostra estar o nosso sistema se recuperando das dificuldades vividas no ano passado. A segunda veio com uma série de equívocos, algo que exigiu da Abrapp uma carta com prontos reparos ao jornal **Correio Braziliense**.

A matéria do Valor informa que os fundos de pensão conseguiram superar suas metas de rentabilidade no primeiro semestre graças ao bom desempenho da renda fixa, que foi a vilã do setor no ano passado. Cerca de 60% do patrimônio de R\$ 640 bilhões das fundações estão aplicados em renda fixa, a maior parte em títulos do governo de prazos longos indexados à inflação.

Levantamento da consultoria Mercer, com sua carteira de clientes - 65 entidades com patrimônio de R\$ 30 bilhões - mostra que o retorno mediano ficou em torno de 6% no primeiro semestre, ante uma meta de 5,85%, registra o jornal. Segundo Raphael Santoro, da Mercer, as fundações com peso maior de renda fixa tiveram resultados ainda melhores. Entre as entidades clientes da consultoria Luz Engenharia, a maior parte de pequeno porte, o retorno médio foi de 7%. O patrimônio da amostra é de R\$ 8,5 bilhões.

O jornal pesquisou nos sites das maiores entidades e constatou que atingiram rentabilidades em torno de 7% de janeiro a junho, superior às suas metas, caso da Valia (6,59%), Fundação Cesp (6,28%), Forluz (7,68%) e Real Grandeza (8,02%).

No segundo caso, para corrigir o que vimos como claros equívocos, o Presidente da [Abrapp](#), José Ribeiro Pena Neto enviou carta ao jornal Correio Braziliense, cuja íntegra reproduzimos abaixo:

“A imprensa mostra-se costumeiramente valiosa ao exercer o seu papel, mas isso não significa que não devamos fazer reparos quando comete equívocos. Por pensarmos assim e por representarmos um sistema que tanto depende da credibilidade que inspira e merece, não podemos ficar indiferentes aos erros cometidos na matéria intitulada “Fundos não rendem o suficiente para garantir a aposentadoria”, publicada ontem pelo seu jornal, tradicionalmente tão zeloso da qualidade do jornalismo que pratica.

Claramente, os fundos de pensão, por viverem junto com os seus participantes ciclos muito longos de tempo, medidos em décadas, não podem e não devem ter os seus resultados avaliados pelo que acontece em um ano ou outro. A nossa régua é diferente, e não apenas no Brasil, mas no mundo, como ensina a tradição dos países mais avançados na previdência complementar. E o seu Jornal comete no texto referido o equívoco de ver somente a foto de 2013 e não o filme todo. É preciso avaliar o desempenho no longo prazo e, quando isto é feito, verificamos que os resultados são expressivamente superiores às necessidades atuariais. Infelizmente, é cultura de alguns analistas a visão do curto prazo, distorcendo a realidade e fomentando a volatilidade.

Não se justifica tampouco chamar de manobra a decisão, fundamentada tecnicamente, de elevar-se o nível de tolerância ao déficit de 10% para 15%. O que houve foi um amplo debate, no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que resultou em medida salutar para se evitar que situações conjunturais e de curto prazo fossem indutoras de açodadamente se partir para o equacionamento de déficit puramente contábil. Seria um contrassenso aumentar as contribuições ou reduzir os benefícios pelo que aconteceu em um único ano, até porque em 2014 as rentabilidades já estão sendo outras. A Previdência Complementar Fechada Brasileira possui excelentes fundamentos, algo, aliás, reconhecido internacionalmente.

Outro grave equívoco do texto é a afirmação de que a redução da taxa máxima atuarial é prejudicial aos participantes. A medida foi adotada em período de juros declinantes (em 2012) e visava justamente ao contrário, ou seja, proteger a formação estável de reservas garantidoras de

benefícios. A boa técnica recomenda que a precificação de passivos deva estar em sintonia com as taxas de remuneração de ativos praticadas no mercado. Não se pode criar expectativas incompatíveis de custeio de planos de benefícios. Diga-se que outras nações com vigorosas poupanças oriundas dos fundos de pensão, como Holanda, Inglaterra, Suíça e EUA adotam o mesmo procedimento.

Em resumo, o que se faz aqui segue o que de melhor existe em procedimentos no exterior. O fato incontestado é que os fundos de pensão brasileiros estão em sintonia com as melhores práticas internacionais.

Também refutamos a informação de má performance entre 1990 e 2000. As estatísticas demonstram que, no período de 1990 a 2000, a rentabilidade foi de 215,25%, superior à taxa atuarial + INPC de 130,47%.

Como dito no início, acreditamos no bom jornalismo praticado pelo Correio Braziliense, razão pela qual ficamos na expectativa de que os erros cometidos, fruto de uma visão parcial e sem maior aprofundamento por parte do redator, serão corrigidos em respeito aos leitores”

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 30.07.2014.